

A atuação do “Centrão” na Assembléia Nacional Constituinte de 1987/1988: dilemas e contradições

Sara Regina Munhoz (UFSCar)¹

RESUMO: *A Assembléia Nacional Constituinte de 1987/1988 foi marcada pela presença e atuação de vários blocos suprapartidários. O objetivo desse artigo é discorrer sobre a atuação do “Centrão”, um dos blocos mais relevantes, levando em conta o contexto histórico, político e institucional de seu surgimento, suas principais características e a repercussão perante sua performance. Perguntas como quem eram os participantes do bloco, quais suas ambições em relação às mudanças desde a primeira versão da Comissão de Sistematização, como funcionava sua organização interna e o que seu surgimento nos diz sobre o quadro político-partidário brasileiro que há pouco começava a se reorganizar, motivaram a elaboração desse texto. Para tanto, mostrou-se necessário sair exclusivamente do debate de imprensa e buscar fontes primárias, como as Atas e Diários da Constituinte, além de trabalhos já renomados da Ciência Política. Espera-se que o trabalho contribua com as reflexões da disciplina sobre o caso brasileiro, extrapolando o momento histórico específico que aborda e permitindo que temas como governabilidade, alianças partidárias, relações Executivo e Legislativo, coerência partidária etc. encontrem ressonância nesse período tão marcante em nossa política recente.*

PALAVRAS-CHAVE: *Assembléia Nacional Constituinte 1987/88; “Centrão”; partidos políticos; blocos suprapartidários.*

ABSTRACT: *The National Constituent Assembly of 1987/1988 was marked by the presence and activity of several blocks nonpartisan. The aim of this paper is to discuss the work of "Centrão", one of the most relevant blocks, considering the historical, political and institutional framework for its origin, its main characteristics and rebound due to its performance. Questions such as who were the participants of the block, what were their ambitions in relation to changes since the first version of the “Systematization” Committee, how its internal organization worked and what its appearance tells us about the political status of Brazilian parties, which had just started to reorganize itself, motivated the*

¹ Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos, com ênfase em Ciência Política. Aluna do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos.

development of this text. For both, was necessary to leave the debate of the press aside and look for primary sources, like the Proceedings and Journals of the Assembly, besides already renowned Political Science researches. It is expected that this research will contribute to the reflections about this subject on the Brazilian case, going beyond the specific historical moment that it targets and allowing other subjects, such as governance, party alliances, executive-legislative relations, party coherence etc. find resonances in this period so remarkable in our recent political history.

KEY-WORDS: 1987/88 National Constituent Assembly, "Centrão", political parties, blocks nonpartisan.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é apresentar uma reflexão sobre o bloco suprapartidário autodenominado “Centrão” e sua atuação na Assembléia Nacional Constituinte de 1987/88 a partir de três vias metodológicas: 1. descrição histórica dos acontecimentos que antecederam o surgimento do bloco; 2. diálogo com a literatura da Ciência Política voltada a temáticas como governabilidade, coesão partidária, relação entre Executivo e Legislativo e relevância dos arranjos institucionais nos comportamentos dos atores e resultados de suas ações; 3. levantamento de dados dos membros do “Centrão” que permitam o desenho de seu perfil e funcionamento a partir de algumas variáveis selecionadas². Com isso, espera-se oferecer uma contribuição aos estudos sobre o processo constituinte brasileiro e sistematizar alguns dados quantitativos e

² Este artigo é baseado em minha Iniciação Científica, financiada pela Fapesp entre 2009 e 2010 e orientada pelo Professor Doutor Marco Antonio Villa, e minha Monografia, defendida na Universidade Federal de São Carlos em dezembro de 2010, para a obtenção de título de Bacharel em Ciências Sociais. Agradeço à Fapesp pelo financiamento, ao meu orientador e aos professores Eduardo Noronha e Simone Diniz pelos comentários pertinentes ao longo da pesquisa e da elaboração deste texto.

qualitativos que foram levantados sobre esse relevante bloco, permitindo possíveis reflexões sobre a organização partidária no período e sobre a importância do arranjo institucional na prática dos trabalhos constituintes.

A proposta de meu projeto foi sendo construída no intuito de entender o que a população civil e a política entendiam como democracia depois de vinte anos de espera. Não pretendo defender o posicionamento do “Centrão” tampouco suas propostas. Acusá-lo, por outro lado, de retrógrado sem entender o que esse termo significava no Brasil dos anos 80 parece pouco proveitoso. O “Centrão” provocou grandes reações, ainda que seu poder propositivo seja questionável. Essas reações podem ter significado a construção dos consensos e embates que ditam nossa política atual e, portanto, merecem o esforço acadêmico que essa pesquisa se propôs a desenvolver.

O artigo está organizado em três seções, além desta breve introdução. Na primeira parte, apresento os antecedentes históricos relevantes ao surgimento do “Centrão”. Entre eles, destaco as mudanças no sistema partidário com a abertura “lenta, gradual e segura” do Regime Militar; a formação e dissolução da Aliança Democrática; o processo que desembocou nas eleições indiretas para presidente e na posterior posse de José Sarney; a formação partidária da Assembléia Nacional Constituinte e as resoluções sobre a organização dos trabalhos, com os dilemas e contradições que borbulhariam com a apresentação do Anteprojeto da Comissão de Sistematização. A segunda parte do artigo descreve o perfil dos parlamentares do “Centrão”, aqueles que assinaram a favor da mudança do Regimento Interno em dezembro de 1987. Além disso, alguns grupos favoráveis e contrários à atuação do bloco são levantados,

com ênfase aos conflitos dentro do próprio PMDB, partido majoritário na Constituinte. A última parte do artigo recupera argumentos de autores consagrados na Ciência Política, como Souza (1983) e Kinzo (1990) para pensar a forma como o “Centrão” pode ser encarado como um sintoma de reestruturação partidária depois de mais de duas décadas de restrição das liberdades democráticas.

A. OS ANTECEDENTES DO “CENTRÃO”

Tendo em mente que o surgimento do “Centrão” não foi um acontecimento aleatório, mas um reflexo de uma conjuntura histórica e institucional específica, alguns dos antecedentes que tiveram influência direta em seu surgimento precisam ser levantados. Entre os principais, temos:

1. O sistema partidário

O sistema bipartidário, que vigorou no Brasil durante boa parte do Regime Militar (1965-1979), foi uma estratégia daqueles que visavam manter seu poderio e controle político sem, no entanto, extinguir totalmente as organizações partidárias. Coelho (1999) apresenta essa manutenção do sistema partidário, mesmo durante períodos autoritários, como uma importante especificidade da Península Ibérica e da América Latina em relação aos outros regimes ditatoriais do mesmo período. Nesse contexto, se organizam no Brasil a ARENA e o MDB, e este último identificado como aquele de oposição ao regime e luta pelo retorno às liberdades democráticas. Kinzo (1990), afirma que a imposição desse sistema mantém unida à força diversos setores da

esquerda, bastante divergentes entre si. De fato, o MDB, como única via de acesso ao poder político para aqueles contrários ao regime, acabou se transformando em um imenso partido em que os mais diferentes programas, ideais e concepções encontravam seu lugar.

A reforma do sistema partidário, em 1979, apesar de ter sido um importante passo no sentido da reabertura e um sintoma claro da perda de força política dos militares, não foi necessariamente revolucionária. Pelo contrário, as transformações na legislação partidária foram elaboradas pelo poder vigente com o intuito de desarticular o crescente poderio do partido único de oposição, desmembrando-o. Mesmo com a reabertura, a tríplice partidária UDN-PTB-PSD, que comandava a política brasileira no período pré-64, não volta ao cenário político. O PTB, por exemplo, retoma sua atuação no cenário democrático totalmente reformulado, já que dissensões levaram à criação de um novo partido oriundo dos antigos trabalhistas: o PDT (Kinzo, 1990).

É possível pensarmos as transformações do nosso sistema partidário nesse período pela chave do argumento central de Souza (1983), de que quanto maior a centralização do Executivo, de sua burocracia e de seus poderes de decisão política, menor a capacidade de institucionalização dos partidos. Um contra-argumento plausível a essa tese nos remete à República Velha: naquele período, descentralização política e pouca institucionalização dos partidos foram concomitantes. Sendo assim, cabe mais uma vez ressaltar que não pretendo transportar modelos analíticos de períodos históricos e políticos variados, homogeneizando explicações. A idéia é apresentar um levantamento bibliográfico da Ciência Política lado a lado com os dados recolhidos e as

especificidades do período abordado, procurando observar como eles podem dialogar.

Parece bastante evidente, no entanto, que todo nosso processo de abertura ‘lenta, gradual e segura’ refletiu diretamente na organização posterior de nossos partidos políticos. Não pretendo com isso, entretanto, afirmar que nosso sistema partidário não funciona e é irracional, como também não era esse o objetivo de Souza. Autores como Meneguello (1998), Figueiredo e Limongi (1999) demonstram que, pelo contrário, somos marcados por racionalidade e coerência dentro do plenário. Meneguello, por exemplo, afirma que “o ‘exercício’ partidário propiciado pelos trabalhos da Constituinte definiu esta situação como uma importante experiência para o recente desenvolvimento partidário brasileiro”, inclusive pela formação de blocos e pelas possibilidades reais de negociações e de representação de interesses distintos. Afirma que elementos importantes para o funcionamento partidário puderam ser observados, como “níveis importantes de coesão e de diferenciação programática entre as agremiações” (Meneguello, 1998).

Sobre representação partidária e organização dos governos, a autora apresenta dados otimistas em relação ao nosso sistema, que dizem respeito a uma crescente organização partidária coerente ideologicamente, participação e representação constante de todos os espectros ideológicos nas eleições, peso regional expresso na composição do Congresso, frequência estável de eleições em todas as esferas. Defende que mesmo a formação de blocos suprapartidários e de coalizões obedecia a certo grau de coerência ideológica, ou seja, partidos e parlamentares se aliavam dentro de um espectro esquerda-centro-direita.

Figueiredo e Limongi (1999), em uma análise sobre o funcionamento do Congresso (através das votações nominais) que se inicia após a promulgação da Carta, também defendem que há previsibilidade no plenário pela satisfatória disciplina partidária, apesar de haver diferenças entre os comportamentos da direita, esquerda e centro. O centro se revela o mais influenciado pela estrutura ideológica do conflito e pelo posicionamento dos demais partidos para sua própria disciplina. Há, para os autores, alta fragmentação nominal de partidos, mas baixa fragmentação real.

Acredito que durante os trabalhos da ANC isso não tenha sido diferente, como demonstra Kinzo (1990), quando trata, inclusive, o “Centrão” como um partido para suas análises empíricas sobre cinco questões que seleciona como relevantes para descrever o perfil e participação dos partidos na Constituinte (governismo, conservadorismo, democratismo, nacionalismo e oposição ao sistema financeiro).

Mesmo com tudo isso em vista, ainda podemos refletir, através de argumentos como o de Souza (1983), sobre a influência que o Executivo teve nos trabalhos e na própria arena de atuação dos partidos e dos constituintes, principais atores dessa grande mudança institucional brasileira. Isso é evidenciado quando pensamos que a própria base de apoio do nascente regime democrático se ancorava em uma aliança entre um partido fortemente ligado às antigas forças autoritárias e a única via partidária de oposição.

2. Eleições Indiretas para Presidente e morte de Tancredo Neves

A eleição presidencial de 1985, comandada por um Colégio Eleitoral, é sintomática para compreendermos os conflitos políticos que

já começavam a se formar antes mesmo da abertura dos trabalhos constituintes. O próprio PMDB já se divide frente à pressão popular das mobilizações por ‘Diretas Já’ e o receio de prejudicar o processo de reabertura e causar um novo endurecimento do regime ao pressioná-lo demais (Freitas; Moura; Medeiros, 2008).

A emenda Dante de Oliveira é derrotada por apenas 22 votos na Câmara (caso fosse aprovada nessa primeira instância, ainda deveria ser levada ao Senado, onde encontraria uma maioria pedessista), em uma eleição em que até mesmo o PDS se dividiu em um dilema: “votar contra os interesses do partido ou contra os interesses dos eleitores” (Freitas; Moura; Medeiros, 2008). Mesmo com essa vitória, a direita revela a perda de sua força e as dificuldades que enfrentaria no cenário político futuro. O PDS não consegue lançar um candidato capaz de unir seu partido e a escolha de Paulo Maluf racha seus membros, muitos deles, inclusive, apóiam Tancredo, formando a chamada “Frente Liberal”.

Tancredo Neves acaba eleito pelo Colégio Eleitoral. Seu vice, José Sarney, que havia abandonado a presidência do PDS e migrado para o PMDB, ceta a chegada do partido de oposição ao governo através da Aliança Democrática. A questão da ANC em 1986 está na pauta de Tancredo como “um compromisso seu de ‘primeira hora’” (Coelho, 1999). A morte de nosso primeiro presidente civil, depois de vinte anos de Regime Militar, gera um clima de instabilidade e decepção popular no país e a insegurança em relação ao futuro político se intensifica.

O governo de José Sarney foi marcado por forte instabilidade econômica e política. As altas taxas de inflação e os fracassos dos planos econômicos refletiam no cenário político que se reorganizava. A imagem do primeiro presidente civil não era favorável aos olhos da população. Além disso, o passado pedessista do presidente em convivência com um

Congresso majoritariamente peemedebista aumentava os dilemas políticos e prejudicava sua legitimidade.

3. Aliança Democrática

A Aliança Democrática se formou como uma via de acesso do PMDB ao poder na elaboração da chapa das eleições presidenciais de 1985, porém “não foi esta uma vitória categórica da esquerda” (Freitas; Moura; Medeiros, 2008). A dissidência do PDS que apoiou Tancredo Neves com o PMDB constitui formalmente um partido, o PFL (Partido da Frente Liberal). Juntos, PMDB e PFL sustentaram o governo Sarney no Congresso (Fleicher, 2007). Os conflitos da Aliança Democrática marcaram todo o período dos trabalhos constitucionais e sua existência, que por muitos meses funcionou de modo instável e pouco consistente, tem seu fim selado com o desligamento de Sarney do PMDB após a votação pela definição de seu mandato, em junho de 1988 (Gomes, 2006).

Os dois partidos principais da Aliança Democrática eram também os maiores da ANC e os que teriam mais representantes no “Centrão”. Cabe dizer que a ala progressista do PMDB, assim como todos os outros partidos da esquerda, criticava essa união, afirmando que as origens históricas do PMDB divergiam das do PFL, partido cuja grande parte dos filiados migrou da antiga Arena.

Florestan Fernandes (1997), por exemplo, em meados de 1987, criticava a liberalização que vinha sendo “lenta, gradual e segura” de modo a camuflar e fortalecer “dentro da ‘Nova República’, as forças conservadoras e reacionárias”. Para ele, o PMDB, depois do povo, foi a

grande vítima dessa “reciclagem do sistema de poder”, pois teve que engolir o “entulho autoritário” a ponto de converter-se “no melhor trampolim para a eleição de candidatos egressos dos antigos partidos da ordem, com passado arenista e pedessista” (Fernandes, 1997: p.93).

Florestan (1989: p. 100) afirmava em seus artigos à imprensa que o apoio a Sarney, “um presidente indesejado”, foi a manifestação de uma grande guinada conservadora que, através do discurso de ser uma “frente política (movimento político de mudanças dentro da ordem)”, deixou-se desfigurar ideologicamente e se colocou em oposição às suas bases populares históricas. A Aliança Democrática, para ele, colocou o partido a serviço do governo e serviu-se dele para a recomposição política que não abalaria o conservantismo político das “elites econômicas, políticas e culturais das classes dominantes”. Defendia que a Aliança Democrática era uma “falsa coalizão política entre dois partidos que se odeiam” e que o PMDB se colocou na transição como “vassalo e suserano de José Sarney” (Fernandes, 1989: p.146).

Uma questão que se sugestiona é a da relação entre o surgimento do PSDB (antiga ala de esquerda do PMDB) e essa união de uma grande parte peemedebista e peefelista nos trabalhos constituintes. Gomes (2006) nos mostra que poucos dias depois da definição da duração do mandato presidencial, quando a Aliança Democrática já tinha definitivamente sido extinta, o presidente rompe com o partido majoritário e “o senador Mário Covas anuncia o seu afastamento da liderança do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte, e o PSDB é criado, formalmente em 24 de junho” (Gomes, 2006).

O PSDB já surge como a terceira força em termos numéricos no Congresso Nacional e com “com a idéia de lutar pelo parlamentarismo como sistema de governo e com algo que se poderia chamar de um vício

de origem – a crítica ao PMDB que elegeu seus integrantes mais notáveis” (Revista Veja, 29/06/1988). Florestan Fernandes fala sobre o novo e poderoso partido na Folha de São Paulo. Em uma análise bastante crítica, se pergunta que tipo de social-democracia esse novo partido defenderá – a burguesa ou a proletária. Não despreza, no entanto, a importância do acontecimento para o cenário político, que iniciava “uma nova era, na qual a parte mais consciente da pequena burguesia e os estratos mais radicais das classes médias se recusam às traições típicas do farisaísmo político imperante” (Fernandes, 1989: p.306).

O surgimento do PSDB já era previsto antes mesmo dos trabalhos constituintes, ainda que não com esse nome ou programa. Como já abordado, a forma como o Estado organizou os partidos, principalmente durante o Regime Militar, mas também durante a abertura política, fez com que o PMDB abrigasse em si muitas forças conflitantes. O “Centrão” pode não ter sido a causa final, mas por certo é um sintoma de um processo de reestruturação partidária que estava em curso. Depois de todo o desgaste sofrido com a Aliança Democrática, é com o “Centrão” que os dilemas e contradições entre as alas do PMDB ficam muito evidentes e não mais conciliáveis.

A título de ilustração, a tabela abaixo mostra a trajetória partidária dos constituintes e revela as divergências históricas entre PMDB e PFL, principais pilares da Aliança Democrática. Percebemos que 97 dos 133 constituintes do PFL (ou seja, quase 73% dos representantes do partido) pertenciam, em 1979, a Arena, partido de sustentação do Regime Militar. Em relação ao PMDB, aproximadamente 24% dos constituintes tiveram a mesma origem; a maior parte dos políticos que viriam a ser membros peemedebistas pertencia ao próprio MDB, partido de oposição durante a

ditadura. Historicamente, portanto, a proximidade dos dois partidos no final da década de 80 não se justificava. A ala esquerda do imenso PMDB reagiu, provavelmente, a essa mudança de posição político-ideológica. A importância dessa análise histórica das origens dos partidos é defendida por Duverger (1970), ao afirmar “o conjunto da vida do partido traz a marca de seu nascimento”.

TABELA 1
“Árvore Genealógica” das filiações partidárias dos constituintes de 1987;
seqüência 1979-1983-1987

[DOCUMENTO SUPLEMENTAR]

[<http://www.politica hoje.ufpe.br/index.php/politica/rt/suppFiles/98/01>]

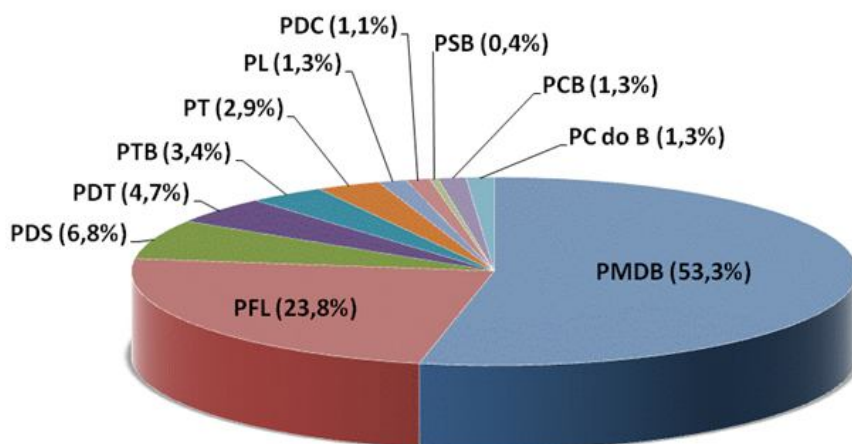
4. Composição Partidária da Assembléia Nacional Constituinte

O PMBD elegeu, nas eleições de 1986, vinte e dois governadores. Apenas em Sergipe, Antônio Carlos Valadares, membro do PFL, foi escolhido. Além disso, peemedebistas obtiveram a maioria absoluta da ANC, com 298 constituintes, confirmando o *status* conquistado de partido da redemocratização e liderança política da nova ordem. O segundo partido com maior bancada foi o PFL, liderado por Marco Maciel, que declarou “Reconheço que perdi” em uma entrevista à Revista Veja, em 26 de novembro de 1986.

Dessa forma, juntas, as bancadas do PMDB e do PFL tinham 431 constituintes, ou seja, 77,10% da ANC. Os partidos considerados mais à esquerda, como o PT, PCB, PCdoB e PSB contavam, juntos, com 26 representantes. A distribuição total está representada no gráfico abaixo:

FIGURA 1

Distribuição partitória da Assembléia Nacional Constituinte 1987/88. Fonte: “O processo constituinte 1987-1988: documentação fotográfica a nova constituição”. Milton Guran (Coordenador). Brasília: AGIL, 1988.



Coelho (1999) demonstra como é possível analisarmos as áreas de maior interesse de cada partido a partir de suas decisões estratégicas de atuação nas subcomissões e comissões. O PMDB, por exemplo, procurou comandar a área econômica, a de definição do governo e a social. O PDS demonstrou maior interesse na questão da propriedade dos meios de produção e os três partidos de orientação trabalhista (PT, PDT, PTB) “privilegiaram as Comissões e Subcomissões da área social em detrimento do ordenamento político-territorial” (Coelho, 1999).

Análises como a de Coelho levam em conta os partidos como principais atores da ação política, sem, no entanto, desprezar a importância paralela das questões das trajetórias políticas e profissionais, dos interesses privados e dos interesses regionais na definição de quais constituintes deveriam fazer parte de cada comissão ou subcomissão. A importância desse tipo de enfoque está relacionada com a resposta que oferece às críticas sobre a atuação dos partidos no cenário político

brasileiro, que por muito tempo marcaram as interpretações sobre nosso sistema. Delimitar as áreas privilegiadas por cada partido no processo constituinte pressupõe que eles ajam de maneira coesa e relativamente disciplinada. Nesse sentido, essa literatura se posiciona contrariamente a uma vertente (principalmente formada por autores estrangeiros que não encontram no Brasil uma aplicação fiel de seus próprios modelos) que defende o caos de nosso sistema³.

5. Os dilemas das presidências e relatorias das Comissões Temáticas

O arranjo político organizado pela Aliança Democrática distribuiu as presidências e relatorias das comissões, as funções mais importantes da ANC, entre o PFL e o PMDB, que tinham as duas maiores bancadas. De acordo com a Revista Veja,

Covas [...] acabou montando uma escultura que não se encaixa no perfil de centro exibida por cada uma das comissões. [...] Pelo acordo, que deu sete presidências ao PFL e uma ao PDS, o PMDB ficou com oito postos de relator – e o senador colocou em sete deles parlamentares da esquerda do partido. (Revista Veja, 08/04/1987).

Ainda de acordo com Coelho (1999), o PMDB “distribuiu os cargos de relator e presidente das Comissões conforme suas conveniências”. Optou pelos cargos de relator, cedendo as presidências ao PFL e os PDS, por estar ciente do papel central que esses atores teriam

³ Em relação à vertente que demonstra com dados relativos às atuações dentro do Congresso (e não apenas relacionados à esfera eleitoral) e coerência e eficiência de nosso sistema – sem negar seus problemas e limitações –, podemos citar Argelina Figueiredo e Fernando Limongi (1999), Cristian Klein (2007), Maria D’Alva Kinzo (1990).

no decorrer do processo, tendo influência direta sobre os textos a serem produzidos. O PFL se viu obrigado a ceder em um momento em que estava fragilizado pela perda dos cargos da Mesa Diretora da ANC em uma estratégia de retirada de plenário que só confirmou o poderio do partido majoritário. Nesse contexto, José Lourenço, líder do partido, achou por bem aceitar a proposta de divisão dos cargos e funções apresentada pelo PMDB.

A composição da Comissão de Sistematização não divergia muito da Assembléia como um todo em seu perfil político e partidário. Entretanto, os peemedebistas escolhidos pelo partido para compô-la eram de uma ala ideológica mais à esquerda.

Entre os 49 peemedebistas da Comissão de Sistematização, 12 (ou seja, 24,49%) se rebelaram contra a liderança do partido e contra o sentido impresso ao Projeto de Constituição resultante das votações da Comissão, assinando o Projeto de Resolução Centrão. No plenário, a proporção de peemedebistas a fazê-lo foi bem maior (43,46%), o que mostra que os peemedebistas com assento na Comissão de Sistematização não eram tão representativos do PMDB na Assembléia (Coelho, 1999).

O projeto apresentado pela Sistematização iria contra a vontade da maioria do plenário em alguns pontos centrais da Carta e, para Freitas, Moura e Medeiros (2008), “contribuiu decisivamente para a ruptura institucional levada a cabo pelo bloco suprapartidário que ficou conhecido como Centrão”. A problemática dos super-poderes da Comissão de Sistematização, ainda mais quando composta por membros que não representavam fielmente o perfil ideológico e programático da Constituinte, já havia se colocado desde fevereiro de 1987 por aqueles que, meses depois, se destacariam como os líderes do “Centrão”.

Freitas, Moura e Medeiros (2008) argumentam que as “forças conservadoras” demoraram sete meses para se rebelarem por duas questões importantes: a incerteza sobre o texto da Sistematização durou até a derrota do projeto Cabral II⁴, que se pretendia conciliador, na própria comissão; e as questões centrais do mandato presidencial e da forma de governo geraram uma forte pressão do Executivo com a divulgação do primeiro projeto apresentado por Cabral, como aquele que iria a plenário. Afinal, nesse projeto, estavam previstos quatro anos para Sarney e adoção do parlamentarismo como sistema de governo e, com as primeiras regras regimentais, as modificações em plenário não seriam facilmente articuladas. Para esses autores, houve um erro de estratégia da liderança peemedebista ao forçar a aprovação dessas questões centrais em um cenário político não favorável, acreditando que a minoria organizada poderia impor sua visão a uma maioria pouco coesa.

Um dos argumentos centrais usados pelo “Centrão” para justificar sua atuação e incentivar a mudança regimental era o de que havia na ANC uma “tirania das minorias”, que desejavam aprovar suas propostas sem qualquer poder de atuação da maioria do plenário. No limite, pouquíssimos parlamentares de uma subcomissão eram suficientes para que uma proposta fosse aprovada senão conseguisse a rejeição da maioria absoluta dos constituintes.

Em relação à estratégia, considerada errônea, do PMDB, de procurar aprovar temáticas em uma Comissão específica ainda que elas não representassem a vontade da maioria, podemos pensar pela chave de Figueiredo (1993) quando também trabalha com as estratégias que moveram atores políticos entre a renúncia de Jânio Quadros e o Golpe de

⁴ Segundo substitutivo apresentado por Cabral, enquanto relator da Comissão de Sistematização.

1964. A autora se questiona sobre os motivos e arranjos que levaram ao rompimento do desenho institucional democrático negando a inevitabilidade do golpe.

A questão central, já apresentada no título da obra, sobre a possibilidade de conciliação entre democracia e reformas é respondida afirmativamente, sem, no entanto, negar que as reformas em um regime democrático tendem a ser mais graduais e a envolverem maiores custos políticos. Hipóteses como a de Figueiredo (1993) permitem a reflexão sobre a combinação entre as estratégias dos atores e o arranjo institucional que limita seus espectros de atuação.

Poderíamos pensar que essa ala mais esquerdista do PMDB, que nomeou os relatores das Comissões Temáticas, tentou garantir ganhos constitucionais acreditando na força do partido e no apoio popular, manifestado nas vitórias pretéritas nas urnas. A heterogeneidade do imenso PMDB e as alianças que foram sendo feitas ao longo dos trabalhos, no entanto, demonstraram que as lideranças não representavam ideologicamente o perfil da maioria do partido, tanto que grande parte dela migrou posteriormente para o PSDB.

6. As contradições do Anteprojeto da Sistematização

O projeto de Bernardo Cabral foi muito criticado por vários parlamentares, pela imprensa e por vários grupos de interesse e pressão. Entre os maiores problemas levantados estavam sua extensão (contava com 501 artigos), inviável para uma Constituição, e seu posicionamento frente a alguns temas polêmicos, como a reforma agrária, a sistema econômico, o sistema de governo e o mandato presidencial. A divulgação

do Projeto-A da Comissão de Sistematização acalorou as discussões e posicionamentos no interior e no exterior da ANC, e parlamentares de vários partidos se posicionaram a favor de mudanças regimentais que permitissem uma maior maleabilidade na proposta inicial⁵.

Bernardo Cabral, o relator desse projeto, procurou de todas as formas se desvencilhar da ‘culpa’ pelo resultado apresentado. A questão regimental já surge, ainda que de forma implícita, em uma entrevista do relator à Revista Veja, em julho de 1987:

Saiu um monstrego, sim, mas o autor não fui eu. Apenas agi de acordo com o regimento, sem suprimir as contribuições que me chegaram das diversas comissões (Revista Veja, 08/07/1987).

É importante ressaltar que a questão da participação de todos os grupos e parlamentares na elaboração da Carta Magna era encarada como uma exigência democrática depois do período ditatorial. Estava presente no discurso dos constituintes e mesmo da imprensa da época o desejo de criar uma Constituição construída a partir de baixo, com as manifestações e propostas de todos os cidadãos. Esse desejo já aparece nas discussões de elaboração do Regimento Interno no início dos trabalhos, quando se optou por um arranjo que não partisse de nenhum estudo constitucional ou anteprojeto pré-estabelecido, a despeito de estudos constitucionais de uma Comissão de Notáveis encomendados por Sarney.

A Constituinte se organizou em oito comissões temáticas subdivididas em vinte e quatro subcomissões que deveriam promover as reuniões de discussões das propostas de seus membros e disponibilizarem

⁵ A Revista Veja afirmou à época que “chegou-se [o Anteprojeto da Sistematização] a tal calhamaço em virtude das divergências e dos interesses paroquiais que cercam os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte (08/08/1987).

espaços para manifestações públicas. No entanto, como já apresentado, muitos constituintes já se posicionavam ainda no início de 1987 contra a engenharia de feitura da Carta. Gastone Righi (PTB), por exemplo, afirmava que as subcomissões só fariam um “autêntico teatro” enquanto os relatores das Comissões, controlados pelo partido majoritário, teriam o poder de alterar tudo (Freitas; Moura; Medeiros, 2008). De fato, pelo Regimento Interno, a função da ‘supercomissão’ da Sistematização seria organizar as propostas advindas desses trabalhos setoriais das comissões em um texto coeso que seria levado a plenário para discussões, mas com um alto grau de dificuldade para possíveis alterações.

Florestan Fernandes também se mostrava crítico a esse arranjo institucional, afirmando que ele continha “uma lógica do poder” conservadora, que mantinha os constituintes sempre diante “de tarefas discretas, dispersas e diluídas, da parte anterior e superior ao todo” (Fernandes, 1989). Evidentemente, os partidos mais ao centro e à direita detinham o poder final e tinham nas mãos a poderosa Comissão de Sistematização. Entretanto, essa visão de que o projeto final seria “conservador” não se confirmou (ao menos aos olhos dos “conservadores”) antes da alteração regimental que diminuiu o poder dos relatores – poder este que deveria servir para controlar as tendências muito esquerdistas, mas que, por uma estratégia de uma ala do partido majoritário, acabou desenhando propostas não bem aceitas pelo plenário como um todo.

A extensão da Carta, que embora tenha sido bastante alterada depois da mudança regimental apresentada pelo “Centrão” ainda é uma das principais críticas à “Constituição Cidadã”. Para Arantes e Couto (2008) nossa Constituição é caracterizada por um excesso de *policy* e não

apenas pelas *polity* típicas das Constituições mais clássicas e duradouras. Entre os motivos para essa especificidade (que não é apenas brasileira, mas que marca um período de redemocratizações no mundo todo), levantam a tentativa de garantias de direitos futuros em um cenário de incertezas e a demanda social por participação depois de um longo período de abstinência de direitos civis e políticos. Além disso, defendem a descentralização da ANC e a fragmentação parlamentar como facilitadores do resultado final bastante detalhista.

Para eles, no entanto, uma Constituição desse tipo em um sistema multipartidário como o nosso gera problemas de governabilidade, já que qualquer formação de uma agenda de governo se deparara com a necessidade de mudanças constitucionais, que demandam a formação de maiorias qualificadas pelo partido do governo e sua base de apoio. Isso exigiria alianças e coalizões nem sempre homogêneas ou coerentes ideológica e pragmaticamente.

Limongi (2008) e Figueiredo e Limongi (1999), também tratando das mudanças legadas por nossa Constituinte e da questão da governabilidade, defendem que os próprios constituintes estavam cientes do temor, muito presente na época, da formação de um arranjo institucional que gerasse uma nova “paralisia decisória” (expressão consagrada por Wanderley Guilherme dos Santos (1986)) como a de 1964 e que, por essa razão, criaram mecanismos institucionais que procuravam garantir certo poder ao Executivo, sem limitar excessivamente a atuação do Legislativo, essencial em um regime democrático.

O Legislativo foi beneficiado com o poder terminativo das comissões e com a deliberação (ainda que bastante restrita) a questões do orçamento. Enquanto isso, o Executivo recebeu a prerrogativa das

Medidas Provisórias, dos vetos total ou parcial e do pedido de urgência. O Colégio dos Líderes também se tornou uma instância institucionalizada com grande importância na organização da agenda (Limongi, 2008). O ponto central, para o autor, é que o Executivo tem possibilidade de sucesso na aprovação de sua agenda apesar do detalhismo e constante necessidade de emendas e modificações na Constituição.

Procuró com isso demonstrar que uma das maiores preocupações da época e um dos pontos centrais das críticas públicas daqueles que fariam parte do “Centrão” em relação ao Projeto da Comissão de Sistematização continuaria a ser apontado pelos críticos como uma grande debilidade de nossa Carta. A extensão e o detalhismo (e principalmente as consequências destes no quesito da governabilidade), no entanto, até hoje dividem os pesquisadores da Ciência Política. Apesar de não negarem os custos políticos que a formação de uma maioria qualificada demandam de um governo na elaboração de sua agenda, também parecem defender que o sistema ainda funciona e que houve uma racionalidade no momento de feitura da Constituição por parte dos atores políticos, na tentativa de garantia dos direitos e ganhos futuros.

B. O “CENTRÃO”

1. A alteração do Regimento Interno e suas consequências

A delimitação da parte empírica de meu objeto é baseada no dia 03 de dezembro de 1987, considerando membros do “Centrão” aqueles parlamentares que votaram a favor da alteração do Regimento Interno, já

que o bloco não atuou de maneira homogênea ao longo de todas as votações da Constituinte.

O “Centrão” conseguiu reunir assinaturas de 290 constituintes naquela que o Jornal Estado de São Paulo considerou a “sessão mais tumultuada da história do Congresso Nacional” (Estado de São Paulo, 04/12/1987). Como uma das principais propostas de alteração do “Centrão”, estava uma importante inversão: para que um texto destacado fosse mantido, seria necessária a formação de uma maioria absoluta. O “Centrão” se rebela, segundo Coelho (1999), contra a supremacia da Comissão de Sistematização não apenas em relação às Comissões Temáticas como também em relação às votações em plenário. O plenário, com essa alteração regimental,

torna-se *locus* de negociação e de articulação de forças em torno de emendas, antes impossível devido à centralização desses recursos nas mãos do relator da Comissão de Sistematização (Coelho, 1999).

Uma das conseqüências visíveis dessa reviravolta dos trabalhos, destacada por Gomes (2006), foi o crescimento da importância das lideranças partidárias, já que o processo, atrasado em relação ao cronograma original, poderia se tornar caótico com o considerável aumento de acordos, negociações e votações que teriam que ser feitas. O próprio Colégio dos Líderes, importante mecanismo na garantia da governabilidade e na organização da agenda do Legislativo, se inicia enquanto uma experiência na Constituinte⁶.

⁶ Limongi e Figueiredo (1999) ressaltam a importância desse mecanismo, como já citado.

Para Gomes (2006), algumas propostas só puderam ser aprovadas depois da alteração do Regimento, apesar de nem todas essas vitórias poderem ser creditadas exclusivamente aos “conservadores”, como

a manutenção do sistema presidencialista, a fixação do mandato presidencial em cinco anos para Sarney e futuros presidentes, a rejeição da proposta de estabilidade de emprego após 90 dias de contratação, a fixação da jornada de trabalho em 44 horas semanais e a rejeição da desapropriação de propriedades produtivas para fins de reforma agrária (Gomes, 2006).

A autora argumenta que sem a mudança regimental, muitos aspectos dificilmente teriam sido aprovados, e a Carta poderia ser ainda mais longa e detalhista⁷. Como sustentação para sua hipótese, apresenta dados de votações em algumas comissões específicas, cujos relatores eram peemedebistas da ala mais à esquerda do partido, como já vimos. Demonstra como mudanças foram sendo desenhadas ao longo do processo constituinte em temas como a reforma agrária, o mandato presidencial e o regime político⁸.

A Comissão de Sistematização foi, em sua maioria, contra os cinco anos para Sarney e contra o presidencialismo. Os resultados também demonstram discrepâncias entre o “PMDB da Sistematização” e o “PMDB do plenário”, deixando evidente o perfil mais progressista do

⁷ A importância que Gomes atribui à mudança regimental em relação aos resultados da Carta está relacionada ao enfoque adotado pela autora – um enfoque neo-institucionalista – em que as “regras do jogo” são decisivas para entendermos o comportamento dos atores e o resultado dos embates.

⁸ Como metodologia, compara o comportamento dos parlamentares nas votações nominais no projeto de 1º turno em Plenário, evidenciando as diferenças de posicionamento entre os membros da Comissão de Sistematização e os constituintes em geral. Os temas selecionados foram os cinco anos para Sarney, o presidencialismo e a indenização ao empregado em caso de despedida arbitrária. O resultado de suas análises confirma a diferença de perfil entre os membros na Sistematização e o plenário.

partido na Sistematização. Em relação ao direito trabalhista selecionado por Gomes, por exemplo, 60% do partido majoritário foi contrário à proposta em plenário, enquanto apenas 45% se comportou da mesma forma entre os membros do PMDB que participavam da “supercomissão”.

Finalmente, em relação às diferenças entre o Projeto-A (da Sistematização), o Cabral II (tentativa do relator da Sistematização de conciliar as demandas conservadoras, progressistas e as de Sarney) e o Projeto-B (resultado das votações em plenário depois da mudança regimental), Gomes afirma que houve mudanças que só foram possíveis depois da grande vitória do “Centrão”. Descreve os Projetos Cabral I e Cabral II como tentativas de conciliação entre diferentes demandas que foram rejeitadas na própria Sistematização, que preferiu que fosse a plenário a primeira proposta apresentada pela Comissão (a mais longa e progressista).

A autora defende que isso se deu pelo perfil mais à esquerda da Sistematização e que essa estratégia desagradou as “forças mais conservadoras dentro da ANC que (...) já se organizava para alterar o Regimento Interno” (Gomes, 2006). Para ela, as regras internas já permitiam que prevíssemos o resultado do projeto que seria apresentado para a votação em plenário, porque os custos de aprovação em subcomissões são muito mais baixos e os “incentivos para que os vários representantes de diferentes interesses tentem inserir suas demandas na Constituição são maiores” (Gomes, 2006). Argumenta que no momento de elaboração do primeiro regimento interno, as forças mais à direita não previram um importante fator: a Sistematização, do modo como fora montada pela ala progressista do PMDB, não aceitaria as mudanças que Cabral propusesse.

Outro relevante aspecto é que, depois da mudança no Regimento Interno, muitas questões e detalhamentos ficaram em aberto, para serem decididos por lei ordinária. A autora afirma que sem a mudança promovida pelo “Centrão” o resultado poderia ser uma Constituição ainda mais longa e mais próxima da versão apresentada logo de início, como resultado dos trabalhos da Comissão de Sistematização, por Bernardo Cabral.

2. Perfil e funcionamento do “Centrão”

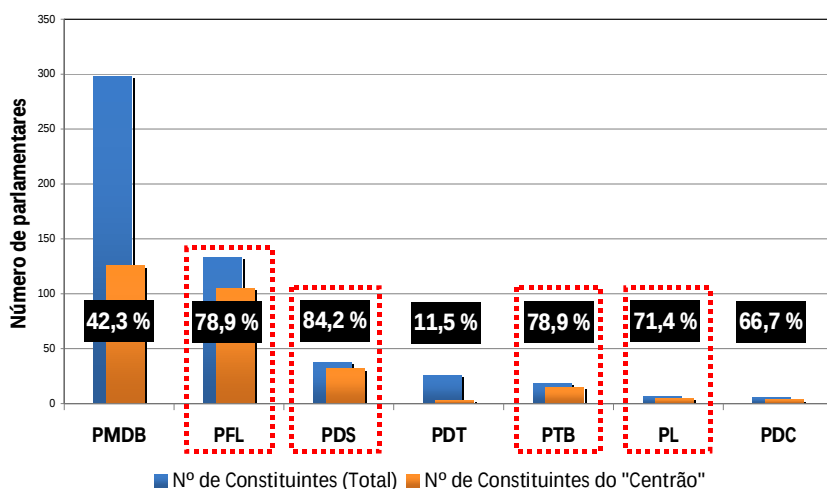
Uma das hipóteses trabalhadas é a da influência da organização partidária e da procedência regional entre os membros do “Centrão”, cujos dados serão apresentados nesse item. Levantando os 290 nomes dos constituintes que votaram pela alteração do Regimento Interno, a partir dos Diários da Constituinte de 04 de dezembro de 1987, pude começar a trabalhar, apoiada nas obras de Rodrigues (1987) e Coelho, J. G. L. (1989) e no *site* da Câmara Federal, com o perfil dos parlamentares. O critério que utilizei para o agrupamento foi a classificação dos constituintes por partido, região, estado, profissão, trajetória partidária, mandatos anteriores relevantes, auto-classificação ideológica e informações adicionais, quando pertinente (como em caso de parentesco com outros políticos, financiamento de campanha por entidades ou grupos organizados, reduto eleitoral específico etc.)⁹.

A organização desses dados nos permite perceber que apesar de uma participação muito grande, em números absolutos, dos peemedebistas no “Centrão”, menos da metade de sua bancada votou

⁹ Os tabelamentos foram apresentados na íntegra em minha Monografia de Conclusão de Curso, defendida em dezembro de 2010.

com o bloco. PDS, PFL e PTB foram os partidos com maior participação percentual, o que nos permite compreender aqueles discursos de oposição ao “Centrão” que o acusavam de conservador ou antidemocrático. Os partidos com maior adesão eram, como mostram os dados, aqueles com ligação mais estreita com o regime político dos militares.

FIGURA 4



Percentual de parlamentares do “Centrão”, por partido. Fontes dos dados: [1] BRASIL. Assembléia Nacional Constituinte. Diários da Assembléia Nacional Constituinte. Brasília: Senado Federal, 1987-88; [2] RODRIGUES, L. M. Quem é quem na Constituinte. Uma análise sócio-política dos partidos e Deputados. São Paulo: Oesp-Maltense, 1987.

A tabela abaixo oferece informações ainda mais completas a partir da comparação entre a divisão partidária da Assembléia Nacional Constituinte e a divisão partidária do “Centrão”, para os sete partidos que nele tiveram participação. Assim como na totalidade da ANC, PFL e PMDB se destacam como os maiores partidos em números absolutos. A representatividade do PDS é relativamente maior no “Centrão” (onde está presente com 11,0%) do que na totalidade da Constituinte (onde seus parlamentares representam 7,1% do total). PDT, uma dissidência do

antigo PTB, por outro lado, teve uma participação mais discreta no “Centrão”, com 1,0%, do que na ANC, com 4,9%.

TABELA 2
**Número de integrantes das bancadas dos partidos com participação no “Centrão”
e divisão partidária do bloco. 1987/88**

Partidos	Total de Parlamentares		Integrantes do "Centrão"	
	Nº	%	Nº	%
PMDB	303	56,8	126	43,4
PFL	135	25,3	105	36,2
PDS	38	7,1	32	11,0
PTB	18	3,4	15	5,2
PL	7	1,3	5	1,7
PDT	26	4,9	3	1,0
PDC	6	1,1	4	1,4
Total	533	100	290	100

Fonte: Diários da Assembléia Nacional Constituinte (04 de dezembro de 1987) e O processo constituinte 1987-1988: documentação fotográfica a nova constituição. Milton Guran (Coordenador). Brasília: AGIL, 1988.

O “Centrão” contava com representantes de sete partidos, dos doze que participaram dos trabalhos constituintes. Pode-se notar que partidos pequenos, como o PL, também tiveram grande representação. De seus sete constituintes eleitos, apenas dois não apoiaram a mudança regimental. Além disso, a imprensa da época apresenta o deputado Guilherme Afif Domingos como um dos grandes representantes do bloco.

As porcentagens demonstram a alta fragmentação do PMDB. Quase 41% do partido não seguiu suas lideranças que eram abertamente contrárias à reviravolta dos trabalhos. Essas mesmas lideranças, em sua maioria, parlamentares de militância “histórica” no partido, pouco tempo

depois, rompem com o PMDB e organizam o PSDB, partido que nasce e começa atuar ainda durante os trabalhos da Constituinte.

Florestan Fernandes, em um artigo publicado no Jornal Folha de São Paulo em 21/12/1987, intitulado “Derrota das esquerdas”, afirma que, apesar de as vitórias iniciais do “Centrão” terem sido encaradas por muitos como uma sintomática vitória da direita, o maior perdedor com a reviravolta regimental teria sido o próprio PMDB. Para o deputado constituinte, a esquerda já prevê em seu próprio embasamento teórico e ideológico que o parlamento não é um reduto de grandes transformações, mas de embate político das classes dominantes. Para ele, a esquerda não vai à ANC para fazer a “revolução social”, mas para garantir alguns direitos e liberdades políticas que a burguesia se vê obrigada a ceder em troca da manutenção da ordem capitalista. Sendo assim, uma vitória conservadora não se apresenta como uma grande surpresa à esquerda e nem tampouco a deslegitima frente ao eleitorado, pois “ninguém espera milagres de sua ação política” (Fernandes, 1989: p.191).

Ao contrário, para o PMDB, partido que se firmou e se “vendeu” como o porta-voz da democratização e da transformação, o surgimento do “Centrão” proveniente, em partes, de seu próprio seio, deslegitima o partido e toda sua proposta. Ainda mais, apresenta, sem máscara alguma, aos olhos dos eleitores, as divisões internas do partido e as dificuldades de consenso em um imenso partido forjado pela própria transição conciliadora. Enfim, “as ilusões constitucionais se dissipam” (Fernandes, 1989: p.191).

Em um estudo que procura questionar a crítica “que toma os partidos existentes por entes amorfos e indiferenciados” e demonstrar que eles agiram de modo satisfatoriamente coeso em muitas questões da Constituinte, Kinzo (1990) analisa o “Centrão” da mesma forma como

faz com os demais partidos e prova que mesmo com sua inegável heterogeneidade, é possível traçarmos seu perfil a partir de algumas variáveis selecionadas. O “Centrão” é definido, pelos critérios de Kinzo, como o “partido” mais governista, mais conservador, menos democrático, menos nacionalista e entre os menos posicionados contra o sistema financeiro¹⁰.

É importante não desprezarmos as votações que foram selecionadas por Kinzo para a construção das cinco escalas analíticas. Na escala do governismo, por exemplo, afirma que o próprio poder Executivo foi um dos maiores grupos de pressão da Constituinte, e a votação dos cinco anos de mandato para Sarney é apresentada como uma das principais para a construção da escala nesse quesito.

Kinzo também demonstra que o PMDB, depois da formação do PSDB e da saída de vários representantes da ala esquerda do partido, apresenta um perfil significativamente mais à direita. Finalmente, a autora também constrói comparações regionais, provando que o Nordeste foi a região que apresentou índices mais semelhantes aos registrados em relação aos constituintes como um todo. Afirma que, “surpreendentemente” a bancada peemedebista (antes da formação do PSDB) mais à esquerda era a nordestina e que a maior parte desses progressistas não migrou para o novo partido, “já que desfrutavam de

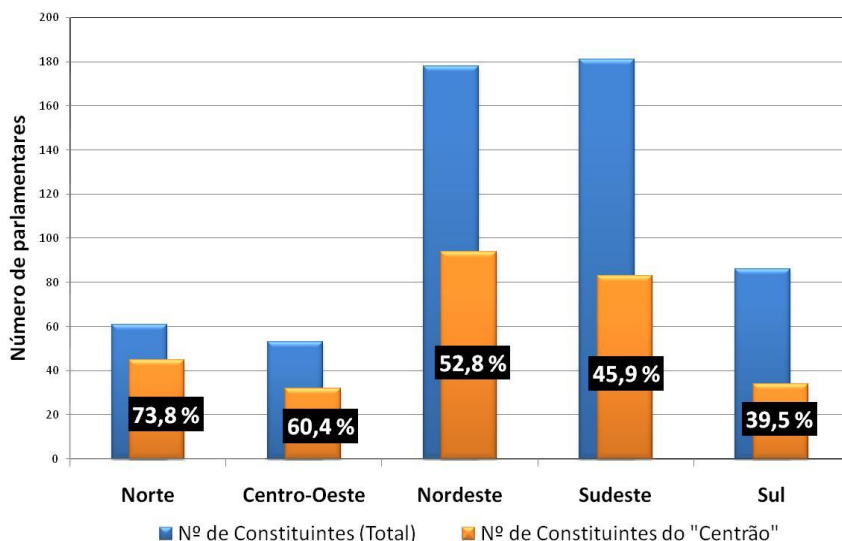
¹⁰ Sua metodologia é apoiada na análise de “alguns itens do projeto da Comissão de Sistematização (Projeto Cabral) submetido à decisão do plenário da Constituinte no primeiro e segundo turnos de votação” (Kinzo, 1990). Através das categorias analisadas, percebeu que os valores (em escalas de 10.0 a 0.0) obtidos “pelos diferentes partidos situaram-se na escala segundo uma ordem bastante consistente” e que “os valores resultantes hierarquizam os partidos segundo uma ordem bastante coerente em todas as escalas”. Assim, por exemplo, “todos os partidos que assumiram posições governistas ou conservadoras são também os que tenderam a se posicionar contra as medidas de conteúdo democratizante, nacionalista e contra o sistema financeiro (Centrão, PFL, PDS, PTB, PDC)”.

uma posição de domínio no partido em nível estadual” e que, portanto, mantém os níveis do PMDB ainda relativamente progressistas.

A procedência regional dos integrantes do “Centrão” foi uma das variáveis consideradas nesse trabalho. Utilizando os dados da listagem inicial, percebemos que a região Norte tinha uma maior representatividade percentual no bloco suprapartidário, assim como o Centro-Oeste e o Nordeste, do que o Sudeste e o Sul. Poderíamos desenvolver esses dados no sentido de tentar entender quais as motivações dessas regiões em mudar os rumos através dos quais a Constituição estava sendo formulada. Por exemplo, deputados e senadores do “baixo clero” político podem ter entrado no bloco por uma autopromoção ou ainda por tentar atender às demandas regionais por verbas federais que estavam sendo direcionadas aos estados naquele momento¹¹.

¹¹ Os dados reunidos e apresentados ficam à disposição de futuras pesquisas que enfoquem especificamente esse aspecto regional.

FIGURA 6



Número e percentual de parlamentares do “Centrão”, por região. Fontes dos dados: [1] BRASIL. Assembléia Nacional Constituinte. Diários da Assembléia Nacional Constituinte. Brasília: Senado Federal, 1987-88; [2] RODRIGUES, L. M. Quem é quem na Constituinte. Uma análise sócio-política dos partidos e Deputados. São Paulo: Oesp-Maltense, 1987.

Quanto às lideranças, muitos autores afirmam e já afirmavam na época que o “Centrão” não tinha uma organização coesa e homogênea, com capacidade propositiva relevante. O grupo teve seu poder máximo quando da alteração histórica de 03 de dezembro; entretanto, não pôde manter essa coesão nos momentos em que novas propostas poderiam ser apresentadas. O “Centrão” não conseguiu manter sua força numérica até outubro, quando a Constituição foi promulgada. No entanto, apesar de não apresentar uma diretriz muito rígida, alguns parlamentares se destacaram como porta-vozes do “Centrão”, entre eles José Bonifácio de Andrada, Expedito Machado, Ricardo Fiúza e Gastone Righi (Jobim, 1994), além de Roberto Cardoso Alves, conhecido como “Robertão”.

Coelho (1999) afirma que o bloco foi reunido em torno dos líderes do antigo “Centro Democrático” do PMDB e que sua organização inicial

contava com uma engenharia que se assemelhava à da Constituinte como um todo, inclusive com uma Comissão Temática, uma Comissão de Sistematização, uma Secretaria-Geral, e divisões de mobilização interna e externa que cuidavam para que os constituintes estivessem em plenário nos momentos decisivos de votações. A Comissão de Sistematização era composta por parlamentares como José Bonifácio de Andrada (PDS/MG) e José Lins (PFL/CE), que tinham formação e conhecimento em Direito Constitucional. Assim como na ANC, a Sistematização era a encarregada de organizar um projeto único e coeso com as contribuições vindas das Comissões Temáticas.

Toda essa organização interna do “Centrão” parece não ter funcionado de maneira estável, de modo que sua influência política foi diminuindo ao longo do ano de 1988. Por divergir em diversas esferas abordadas na Constituinte e por não se caracterizar como um bloco ideológico homogêneo, o “Centrão” foi considerado pelo deputado constituinte Ricardo Fiúza, do PFL-PE e membro do “Centrão”, como “um milagre de engenharia política, sem líderes, mas com organização”, em um cartaz exibido em plenário (Revista Veja, 16/12/1987).

Vinte e seis parlamentares de vários matizes compunham o colegiado que coordenava o “Centrão”, o que prejudicava na agilidade necessária em um ambiente movimentado de debates (Revista Veja, 02/12/1987). O período de maior destaque do movimento foi entre o final do ano de 1987 a maio de 1988, quando sofreu sua primeira grande derrota no capítulo da regularização das grandes linhas de organização econômica do país (Revista Veja, 04/05/1988).

3. Repercussões: grupos políticos e sociais favoráveis e contrários ao bloco

Os parlamentares que integravam o “Centrão” alegavam, em geral, que a mudança regimental traria um maior teor democrático aos trabalhos de uma Constituição que seria extremamente importante para a História nacional. Por outro lado, os críticos do bloco também utilizavam a democracia como argumento central de sua oposição.

A discussão sobre a atuação do “Centrão” passava a todo o momento pelo embate ideológico entre direita e esquerda. Nesse sentido, se considerarmos o argumento de Bobbio (2001), a questão da igualdade estava em jogo sob diferentes perspectivas e apreciações. Enquanto o “Centrão” defendia que suas propostas visavam uma maior igualdade entre os constituintes na elaboração da Carta, os partidos opositores à sua atuação afirmavam que o resultado final de uma Constituição ditada pelas novas regras impostas pelo bloco seria mais desigual para a população como um todo.

Além de entender os aspectos mais rígidos, quantitativos e numéricos do processo constituinte, seria essencial que pudéssemos compreender o que estava em jogo no universo simbólico daqueles representantes políticos e da população brasileira. O “Centrão” foi encarado como um grupo conservador e retrógrado, responsável por nossa Constituição não ter apresentado avanços mais significativos. Se analisarmos o primeiro projeto da Comissão de Sistematização e a Carta Magna final, podemos perceber que muitas garantias foram, de fato, retiradas do texto. Outros autores defendem que a atuação do “Centrão”

não foi assim tão central na ANC. Para termos certeza da amplitude real de sua atuação teríamos que avaliar separadamente as votações dos assuntos que geraram mais polêmicas durante a constituinte, tentativa desenvolvida por Gomes, ainda que de modo parcial, baseada em alguns temas específicos e polêmicos discutidos e votados durante a ANC.

O que podemos afirmar neste artigo é que a mudança regimental provocou reações intensas de diversos setores da sociedade civil e política e todos os argumentos se voltavam para a defesa da recém restaurada democracia, fato corriqueiro em nossa História. O Estado Novo e o Regime Militar, apenas para citarmos alguns momentos marcantes, se apoiaram fortemente no discurso de garantia da ordem democrática. Autores como Souza (1983) e Kinzo (1990) foram alguns dos que, apesar de apoiados em enfoques bastante distintos, demonstraram as conseqüências desse tipo de discurso em nosso sistema político.

Não pretendo com isso defender que o “Centrão” mascarava interesses ocultos autoritários, ou que deliberadamente distorcia os conceitos de democracia e participação política para a atenção de interesses particularistas e elitistas. Acredito que o debate político do final de 1987 foi válido para o amadurecimento democrático do país, já que a própria idéia de qual democracia queríamos construir no Brasil ainda estava em jogo e em disputa por hegemonia. Muitos temores, principalmente relacionados à governabilidade do sistema que pretendia ser estável e duradouro, estavam apresentados. A questão da legitimidade da alteração regimental poderia ser aprofundada, mas acredito que dificilmente chegaríamos a uma visão unívoca do processo e dos

resultados, a não ser que partíssemos de um princípio muito normativo de democracia.

3.1 Os ruralistas, o empresariado e o Executivo

Os dados recolhidos nos revelam ligações entre alguns parlamentares do “Centrão” e grupos de interesse ou pressão, como a UDR (União Democrática Ruralista). Na região Centro-Oeste, por exemplo, oito dos trinta e dois membros do “Centrão” foram, assumidamente, apoiados pela UDR em suas campanhas. Cruzando os dados recolhidos em minha própria pesquisa com os de Ribeiro (2009) em sua pesquisa sobre a UDR na Constituinte, percebemos que 26 candidatos a constituintes apenas no Centro-Oeste (Goiás e Mato Grosso do Sul) tiveram apoio em suas campanhas da UDR, ainda que nem todos tenham vencido as eleições de 1986. A entidade tinha grande poder e mesmo a mídia a reconhecia como um dos mais poderosos grupos lobistas da época. Listo a seguir os 22 constituintes membros do “Centrão” que foram, simultaneamente, apoiados pela UDR ou defensores assumidos de suas propostas. Trata-se de um número bastante relevante, que nos permite apresentar mais uma das facetas do bloco suprapartidário, que agrupava tantos interesses em si:

1. Paulo Roberto Cunha (PDC/GO); 2. Roberto Balestra (PDC/GO); 3. Siqueira Campos (PDC/GO); 4. José Freire (PFL/GO); 5. Irapuam Costa Júnior (PMDB/GO); 6. Mauro Borges (PMDB/GO); 7. Gandi Jamil (PFL/MS); 8. Levy Dias (PFL/MS); 9. Aécio de Borba (PDS/CE); 10. Vieira da Silva (PDS/MA); 11. Edison Lobão (PFL/MA); 12. Enoc Vieira (PFL/MA); 13. Alexandre Costa (PFL/MA); 14. Antônio

Salim Curiati (PDS/SP); 15. Cunha Bueno (PDS/SP); 16. Maluly Netto (PFL/SP); 17. Afif Domingos (PL/SP); 18. José Egreja (PTB/SP); 19. Alysson Paulinelli (PFL/MG); 20. Rosa Prata (PMDB/MG); 21. Pedro Ceolin (PFL/ES); 22. Nyder Barbosa (PMDB/ES).

Outra informação que pode ser apresentada diz respeito ao estado do Maranhão, em que todos os senadores e quase todos os deputados constituintes eleitos fizeram parte do “Centrão”, ao menos quando a alteração regimental, incluindo um filho (Sarney Filho – PFL/MA) e um sobrinho (Albérico Filho – PMDB/MA) de José Sarney.

Os interesses do empresariado também estavam contemplados nas propostas iniciais do “Centrão”. Para Souza (2001), no entanto, o sucesso do “Centrão” favoreceu mais os interesses do Executivo do que os do empresariado. Demonstra que das 24 questões que a FIESP demandava através do “Centrão”, apenas três foram aprovadas. A explicação não estaria em uma fragilidade do empresariado, mas em um Congresso que, “quando confrontado com demandas do Executivo e dos empresários, tendeu a optar pelas primeiras” (Souza, 2001).

3.2 Os opositores

Entre os grupos que foram contrários à atuação do bloco, temos a CUT, os diversos sindicatos trabalhistas, os partidos de esquerda, como PT, PCB, PDT, entre outros. Os argumentos utilizados eram, em geral, os de que o “Centrão” estava atuando pelos interesses do capital, das grandes empresas estrangeiras, dos ruralistas e contra um Estado atuante. É relevante ressaltarmos que o final da década de 80 foi um momento de transição e disputa entre uma tendência mundial de um Estado mais atuante, de bem-estar social, e um emergente neoliberalismo. Sem

pretender resumir todos os conflitos políticos que se revelaram durante os trabalhos da ANC à esfera econômica, esta não deve ser desprezada.

Como representante do debate mais acadêmico ou intelectual, ainda que de forma alguma afastado da esfera militante, temos Florestan Fernandes como um importante expoente. Em artigos publicados semanalmente na Folha de São Paulo, afirmava que:

O “Centrão” é um conglomerado de políticos unidos pelos interesses do capital e pela necessidade que eles impõem de defesa da ordem existente (Fernandes, 1989).

Sua análise marxista privilegiava os aspectos econômicos como propulsores da atuação do bloco. As idéias de luta de classes, interesses do capital, burguesia e extratos privilegiados são sempre ativados como fatores explicativos, apesar de termos percebido que muitos outros autores preferem considerar a atuação do “Centrão” a partir de elementos propriamente políticos, como a relação com o Executivo, o embate entre parlamentarismo e presidencialismo, a duração do mandato presidencial e as formas que eram usadas para a produção de consensos e alianças.

A sessão de alteração do Regimento foi marcada por fortes manifestações em plenário, tanto de partidos políticos e setores do próprio PMDB (que, liderado por Mário Covas, adotou a estratégia, que foi pouco eficiente, de deixar a Casa esperando não permitirem o *quorum* necessário para a votação), como de diversos movimentos sindicais e trabalhistas.

Temos assim, dois importantes temas a serem discutidos nesse momento: o posicionamento oficial do PMDB frente ao surgimento do “Centrão” e às questões centrais que ficaram evidentes com esse

surgimento; e os argumentos dos opositores ao bloco, que nos levam diretamente ao recurso da concessão de canais de rádio e televisão enquanto uma arma de negociação política.

3.2.1 O posicionamento do PMDB

Uma publicação do próprio PMDB em comemoração aos seus 40 anos (“História de um rebelde”) traz a sua versão sobre o “Centrão”, suas influências e as conseqüências de seu surgimento. Inicialmente, a publicação ressalta a participação do partido na elaboração da Carta dizendo que até hoje é considerado o “Pai da Constituição”. Afirmar que a bancada do partido reuniu-se várias vezes “para expor e discutir o processo Constituinte e o encaminhamento e votação dos pareceres das proposições apresentadas para a Constituição”. O PMDB fechou decisões sobre o programa econômico, a conjuntura política, entre outros, mas em relação ao mandato presidencial (um dos temas mais polêmicos e de influência direta na atuação do “Centrão”), “a Convenção Nacional do PMDB decidiu que a deliberação era a competência de seus constituintes”.

Em relação ao “Centrão” propriamente dito, a publicação do PMDB afirma que o bloco (também conhecido como “Centro Democrático”),

sofria forte influência do Executivo e, por suas idéias e convicções, representava as alas mais conservadoras da sociedade. A atuação do “Centrão” impediu avanços sociais importantes, e a Constituição de 1988 acabou não obtendo todos os avanços que o **PMDB** de Ulysses Guimarães desejava. (Delgado, 2006).

Em relação a essas conquistas, o partido ressalta “ampliação e o fortalecimento da garantia de direitos individuais e liberdades públicas”, a garantia “a toda população, do direito à saúde, à educação e à propriedade”, a “manutenção da República Federativa” com menos poderes ao Executivo e as “conquistas na área do trabalho”, como o “limite da jornada semanal a 44 horas; assistencialismo social, ampliando direitos do trabalhador, como licença maternidade de 120 dias e criação da licença paternidade” (Delgado, 2006).

A publicação ainda inclui um artigo do professor e jornalista Itamar de Oliveira, diretor da Fundação Ulysses Guimarães de Minas Gerais sobre “a atuação do PMDB nos trabalhos constituintes de 1987/1988”. Ele argumenta que a discussão sobre a forma de governo era uma das que mais interessava aos constituintes e coloca em evidência, mais uma vez, a importância de Mário Covas nas negociações e embates durante a ANC, através do depoimento do ex-senador Ronan Tito.

O artigo afirma que o partido, “temendo a influência do Poder Executivo” tentou negociar de modo que Sarney ficasse com cinco anos de governo (pela Constituição vigente na época tinha direito a seis, mas os trabalhos da ANC estavam tendendo para os quatro anos) e, em troca, “apoiaria, com sua bancada, o Parlamentarismo”. O líder Mário Covas, no entanto, afirmava constantemente que “para o Sarney só dou quatro anos”. O artigo defende de forma bastante explícita que essa postura de Mário Covas fez com que Sarney ficasse com os cinco anos e o Presidencialismo fosse aprovado, uma dupla derrota.

O discurso do PMDB, ao contrário daquele defendido na época por Florestan Fernandes, por exemplo, encara a ação do líder da bancada peemedebista como um erro estratégico. Como se, procurando manter

suas posições sem ceder em nenhum aspecto, tivesse levado a uma derrota ainda maior. Como já abordado, a questão das estratégias dos atores políticos em determinados contextos institucionais é trabalhada por Figueiredo (1993) em relação ao Golpe de 1964. Se pensarmos por esse ponto de vista, o posicionamento de Covas naquele contexto teve como consequência a derrota na mudança regimental proposta pelo “Centrão” e nas votações sobre o mandato presidencial e o sistema de governo. Apenas lembrando, Florestan se posicionava de outra forma, acreditando que a maior derrota nesses momentos, foi a do PMDB como um todo, que ao procurar negociar e ceder demais colocou em evidência ao eleitorado as suas divergências internas e os limites de sua concepção de “transição democrática”.

3.2.2 As comunicações

A edição do dia 17 de fevereiro de 1988 da Revista Veja trazia uma matéria intitulada “A ordem de Ulysses”, com exemplos de cartazes distribuídos nas grandes cidades pela CUT com as fotografias e nomes dos chamados ‘inimigos dos trabalhadores e traidores dos interesses do povo’. A primeira crítica que apresentam é a do posicionamento do “Centrão” contra as eleições diretas em 1988, por estarem alinhados com o governo Sarney. Citam a questão da estabilidade de emprego, da Dívida Externa, do aumento da licença maternidade, da redução da jornada de trabalho e do ensino público como questões em que o “Centrão” se colocava contra os interesses do povo. Afirmam ainda que “esses deputados querem que os meios de comunicação continuem nas mãos dos poderosos, tipo Roberto Marinho” (Revista Veja, 17/02/1988).

Essas acusações vão de encontro a algumas informações importantes recolhidas para a elaboração desse texto. Entre os integrantes do “Centrão”, muitos eram, de alguma forma, ligados a empresas do setor de comunicações. Apenas na região Sudeste, de acordo com os dados selecionados das obras de Rodrigues (1987), Coelho (1989) e nos Diários da Constituinte, nove membros eram proprietários ou funcionários de empresas de propaganda, rádio ou televisão. Nessa mesma época, a questão das comunicações estava fortemente presente nos debates e barganhas entre Legislativo e Executivo. Antônio Carlos Magalhães, o então poderoso Ministro das Comunicações, era o responsável por distribuir as concessões de rádio e televisão entre as regiões. Souza (2001) demonstra que o “Centrão” contou com “apoio irrestrito de Sarney”, que distribuía “benefícios políticos aos seus aliados, tais como concessões de TVs e estações de rádio, obras públicas e cargos no governo”.

Gomes (2006) também ressalta esse apoio do Executivo ao bloco, ao citar uma declaração do deputado Luís Eduardo Magalhães (não por acaso, filho de Antonio Carlos Magalhães) em que afirmava que “o “Centrão” era uma batalha contra as ‘inúmeras bobagens [presentes no Projeto de Constituição] e também contra a tentativa de mantê-las’ pelo PMDB”. De acordo com a autora, o deputado afirmou na época que o partido majoritário tinha causado muitos problemas para o Presidente da República e para a Nação e que, portanto, seria necessário “melhorar nossa relação com o Executivo”. Percebe-se, através desse depoimento, o quanto a questão do Executivo cada vez mais se fez presente nos discursos dos membros do “Centrão” e como a concessão de meios de

comunicação funcionou como um meio de alianças e negociações entre eles.

Desde a campanha das “Diretas-Já” e da campanha de Tancredo Neves, a Aliança Democrática já defendia “a preferência pelo uso de meios de comunicação à utilização de comícios de campanha”, dando origem a um crescimento exorbitante do “palanque eletrônico” (Lamarão, 2001). O autor apresenta casos de corrupção que envolveram as concessões de rádio e televisão desde a década de 70 e o fato do próprio Antônio Carlos Magalhães ser proprietário de jornais e emissoras de televisão na Bahia. A questão das concessões se revela fortemente ligada à disputas políticas regionais, que podem passar despercebidas em análises que se limitam à esfera federal.

Na Assembléia Nacional Constituinte, cerca de 20% dos parlamentares eram ligados ao setor das comunicações, por *vínculo pessoal* (proprietários de empresas jornalísticas ou emissoras, sócios ou cotistas desse tipo de empresa, etc.), ou por *outros vínculos* (parlamentares que se tornaram conhecidos pelos meios de comunicação em massa) (Lamarão, 2001). Em relação ao “Centrão”, a pesquisa e o próprio artigo utilizado demonstram que a questão da mídia e da política esteve fortemente presente enquanto moeda de troca na relação entre Executivo e Legislativo, especialmente na atuação desse bloco suprapartidário no atendimento das demandas de Sarney sobre a duração do mandato presidencial e o sistema de governo:

ACM tornava-se um verdadeiro superministro de Sarney, constituindo-se num dos principais artífices da política de aproximação do governo com o Centrão (...). Ao fortalecer as lideranças do emergente Centrão, o governo utilizava os recursos políticos disponíveis – cargos, verbas e também as concessões de rádio e TV – ora como fator de

aliciamento, ora como fonte de pressão, que se revelaram de fundamental importância para atrair para as suas posições ponderável parcela do plenário (Lamarão, 2001).

A tabela abaixo apresenta as porcentagens de constituintes que tinham a mídia ou o jornalismo como atividade econômica. Os dados específicos do “Centrão” não dão conta da ordem de importância das profissões para os constituintes, quando da existência de mais de uma. No entanto, acredito que, independentemente de ser uma atividade de primeira importância econômica ou não, as telecomunicações sempre são essenciais para um político. Dessa forma, apresento os dados relacionados à ANC e complemento com aqueles recolhidos em relação especificamente ao “Centrão”:

TABELA 3

Atividades Econômicas por ordem de importância dos constituintes de 1987/1988

[DOCUMENTO SUPLEMENTAR]

<http://www.politicahoje.ufpe.br/index.php/politica/rt/suppFiles/98/01>

A tabela, dedicada à descrição de todas as atividades dos constituintes em geral, indica que 11,4% dos parlamentares tinham a mídia (enquanto donos ou jornalistas) como sua primeira profissão em termos de proporção de renda; 4,8% tinham as comunicações como segunda atividade em termos de renda e assim sucessivamente. Os números de Lamarão (2001), como já apresentado, falam em 20%.

Quanto ao “Centrão”, meus tabelamentos permitiram a identificação de pelo menos 29 constituintes envolvidos com empresas de comunicação ou trabalhando como jornalistas ou radialistas. A

proporção, portanto, parece seguir o mesmo padrão na Assembléia Nacional Constituinte e no “Centrão” (se levarmos em conta os dados do registro *O processo constituinte*, 1988). Desses 29, muitos exerciam seu primeiro mandato como deputado federal ou senador. Apresento abaixo uma tabela sobre a divisão partidária e as profissões relacionadas com o setor de comunicações dos constituintes integrantes do “Centrão”:

TABELA 4
Constituintes do “Centrão” ligados ao setor das Comunicações

	PDS	PDT	PFL	PMDB	PTB
Proprietário / Empresário	2	1	5	7	-
Jornalistas / Apresentadores	1	-	1	2	2
Radialistas	-	-	1	5	1
TOTAL	3	1	10 *	12	3

***Em relação ao PFL, apesar de a tabela apresentar 7 constituintes envolvidos com alguma das profissões selecionadas, o total é de 10 parlamentares. Isso porque Rita Furtado (PFL/RO) tinha Formação em Letras e Jornalismo e foi Superintendente das Emissoras de Rádio da AM (a Radiobrás); Sadie Hauache (PFL/AM), também formada em jornalismo, era ex-proprietária da TV Ajuricaba e Mozarildo Cavalcanti (PFL/RR) era marido de Geilda Cavalcanti, sócia da Rede Tropical de Comunicação, detentora da TV Tropical.**

Ainda sobre esse tema, Lima (1998), aborda as características históricas do nosso sistema de comunicações que caminham ao lado da tendência mundial de concentração da propriedade através da “presença dominante de grupos familiares e a vinculação com as elites políticas locais e ou regionais”. Argumenta que a restrição de propriedade de empresas jornalísticas e de radiodifusão por pessoas jurídicas, sociedades anônimas por ações e estrangeiros, cujo objetivo sempre foi o de identificar os proprietários e, dessa forma, “impedir o controle do setor pelo capital estrangeiro”, tem como consequência o controle histórico do

setor por “empresas familiares”. Quanto às elites políticas, Lima lembra que “a concessão de emissoras de rádio e televisão foi sempre usada como ‘moeda política’ em troca de apoio para o grupo transitoriamente ocupante do Poder Executivo” (Lima, 1998).

Ramos (2009), em uma publicação da Câmara pelos 20 anos da Constituição, escreveu um artigo intitulado “Chuva de Dinheiro”, em que trata das disputas para a elaboração de segundo substitutivo para a área da Comunicação, cujo relator era o deputado Arthur da Távola (PMDB/RJ). Segundo o autor, a “Comunicação tornou-se a única área temática da Constituinte a não enviar relatório aprovado para a Comissão de Sistematização, superando em polarização questões como reforma agrária e previdência social, por exemplo”. O capítulo final aprovado sobre a Comunicação Social da Constituição Federal é, segundo o autor, uma “colagem de interesses conflitantes, construída na última hora, sob a mais forte pressão político-ideológica que o processo constituinte de 1987-1988 conheceu” (Ramos, 2009).

Esse artigo não teve como objetivo abordar especificamente a questão da Comunicação Social, isso exigiria uma leitura mais aprofundada sobre os trabalhos das Subcomissões e da Comissão Temática dessa área, além do resultado final e das propostas ainda vigentes de reforma. No entanto, o que procuro apresentar aqui é a importância que essa questão levantou das discussões da ANC e que, de alguma forma, tangenciaram os parlamentares do “Centrão”, já que, segundo autores como esses, a influência do Executivo sobre esses parlamentares se apoiava em uma estratégia muito fortemente ligada às concessões de canais de rádio e televisão e à formulação das novas regras

que entrariam em vigência com a promulgação da Carta e que marcavam muito fortemente a esfera de influência de muitos dos constituintes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para tomar o “Centrão” enquanto objeto empírico, senti a necessidade de apresentar uma leitura histórica sobre os acontecimentos que antecederam seu surgimento. Procurei, por outro lado, não me limitar a uma descrição seqüencial desses fatos, mas implementá-los com leituras propriamente da Ciência Política sobre temas que dialogavam de alguma forma o meu objeto, tais como a questão da governabilidade, dos partidos políticos no Brasil, das estratégias dos atores em diferentes contextos políticos, da importância das instituições e das “regras do jogo”, das formas de negociação e construção de alianças e da influência do Executivo sobre a atuação e institucionalização dos partidos. Dessa forma, tive a intenção de oferecer como resultado uma leitura ampla, mas não superficial, do período da ANC e do “Centrão”.

A classificação e organização dos 290 membros do “Centrão”, acredito, é a maior contribuição que posso oferecer além da revisão bibliográfica. Os critérios levados em conta, como já dito, foram filiação partidária, estado, formação acadêmica e profissão, trajetória partidária, mandatos anteriores relevantes e informações adicionais como filiação (quando em caso de políticos famosos), ‘apadrinhamento’, financiamento de campanha por entidades ou políticos específicos e redutos eleitorais. Com esses dados, pude realizar leituras e comparações auxiliada por outros dados quantitativos sobre a Assembléia Nacional Constituinte em sua totalidade. Consegui traçar a porcentagem de cada partido com

membros no “Centrão”, o perfil regional, o peso de demandas de grupos específicos como a UDR e entidades empresariais, a presença de muitos constituintes ligados de alguma forma às empresas de meios de comunicação e a ligação entre muitos membros do “Centrão” com o Executivo.

Também procurei entender as causas e os reflexos de seu surgimento no quadro partidário brasileiro que se reestruturava, demonstrando a versão oficial do PMDB (maior partido da ANC) sobre o “Centrão”, além da visão de Florestan Fernandes (como um dos representantes da esquerda) e descrevendo o surgimento do PSDB em um contexto de reestruturação do sistema partidário depois de um longo período autoritário. Apresentei uma análise sobre quais os partidos que tiveram maior participação nas decisões do “Centrão” e quais os parlamentares do grupo que se destacaram durante os trabalhos constituintes.

Foi possível compreender que a possibilidade de surgimento de blocos suprapartidários não revela, necessariamente, uma falta de racionalidade dos partidos. Autores da Ciência Política, citados ao longo do trabalho, nos mostram que nosso sistema tem governabilidade e que os excessos de oferta partidária na arena eleitoral (compreensível depois de um período de limitação das liberdades políticas) não implicam, automaticamente, em um excesso caótico na arena governamental. Os partidos se aliam dentro de um espectro ideológico e pragmático bastante consistente. Nesse sentido, o texto de Kinzo (1990) é bastante esclarecedor ao nos revelar que o “Centrão” participou de maneira coesa nas principais votações e, de acordo com seus critérios de classificação, atuou como o grupo mais conservador do plenário.

Os dados e levantamentos bibliográficos apresentados na pesquisa nos permitem concluir que o “Centrão” foi um dos mais importantes dos vários blocos que se formaram acima dos partidos durante a ANC. Ele é citado em praticamente todas as pesquisas que abordam o processo de feitura da “Constituição Cidadã”, apesar de poucos trabalhos terem se dedicado especificamente à sua atuação (entre esses, poderíamos citar Gomes (2006), Coelho (1999), Kinzo (1990) e Freitas; Moura; Medeiros (2008)). Com o trabalho de Gomes (2006), podemos afirmar que mais do que uma simples mudança regimental, a maior vitória do “Centrão” ao conseguir transformar as “regras do jogo”, é abrir novamente todo o processo, tornando possível a discussão e alteração de temas que pelo Regimento inicial dificilmente conseguiriam ser modificados.

Discutir o posicionamento ideológico do bloco, como foi demonstrado, não deixa de ser uma tarefa bastante complexa, que envolveria conceitos que de modo algum são absolutos ou inquestionáveis, como os de igualdade e democracia. De qualquer forma, Kinzo (1990) constrói uma escala a partir da qual podemos atribuir ao bloco um perfil conservador. Além disso, a imprensa da época, a esquerda (representada por Florestan Fernandes e pela CUT nesse trabalho) e a própria ala progressista do PMDB atribuíram na época esse mesmo perfil ao “Centrão”.

Ao longo da pesquisa foi possível perceber a grande influência do Executivo sobre os partidos e parlamentares. Em um diálogo com a já consagrada literatura da Ciência Política, é plausível pensarmos essa influência excessiva como uma barreira para a institucionalização dos partidos. Por outro lado, não se trata de um fenômeno que deva ser encarado de forma muito pessimista: depois de um período autoritário, é razoável pensarmos que todo o sistema partidário esteja em

reestruturação e reordenamento. Obviamente, entendermos aquele contexto passa por todo um conhecimento de nossas especificidades históricas, principalmente em relação à nossa “transição democrática”. O que quero dizer, é que não devemos pensar que a possibilidade de surgimento e atuação de um bloco suprapartidário tão poderoso em um momento tão importante de nossa história seja o sintoma de que estamos muito aquém de um modelo democrático ideal.

Assim como Souza (1983) e outros tantos autores (ainda que falando sobre outros momentos ou fenômenos), tendo a pensar que esse fenômeno envolvia uma reestruturação partidária, um rearranjo que passa necessariamente pela construção de alianças, negociações, acordos e, inclusive, blocos suprapartidários. O surgimento de um importante partido como o PSDB durante os trabalhos é mais uma demonstração de como esse realinhamento estava sendo elaborado. Como também nos afirma Kinzo (1990), nenhum momento é melhor do que uma Constituinte emergindo em um cenário depois de décadas de ausência de liberdades políticas e partidárias para que os partidos comecem, de fato, a exercer suas funções, se afirmarem ideológica e pragmaticamente e marcarem suas fronteiras e semelhanças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES e COUTO. (2008), “A constituição sem fim”, in: Vinte Anos de Constituição. São Paulo, Paulus.
- BOBBIO, N. (2001), Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora UNESP.
- COELHO, J. G. L. e OLIVEIRA, A. C. N. (1989), A Nova Constituição. Avaliação do texto e perfil dos constituintes. Rio de Janeiro: Revan.
- COELHO, R. C. (1999), Partidos Políticos, Maiorias Parlamentares e

- Tomada de Decisão na Constituinte. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- DELGADO, T. (2006), *A história de um rebelde: 40 anos, 1966-2006*. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães.
- DUVERGER, M. (1970). *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro. Zahar.
- FERNANDES, F. (1989), *A Constituição Inacabada*. São Paulo: Estação Liberdade.
- FERNANDES, F. / MARTINS FILHO, J. R. (Org.) *Florestan Fernandes: a força do argumento*. São Carlos: EDUFSCar, 1997.
- FLEISCHER, D. (2007), *Os Partidos Políticos*. In: Lúcia Avelar e Antônio Octávio Cintra (org.). *Sistema Político Brasileiro: Uma Introdução*. Konrad Adenauer Stiftung e Unesp.
- FREITAS, R. MOURA, S. e MEDEIROS, D. (2008), *Procurando o Centrão: Direita e Esquerda na Assembléia Nacional Constituinte 1987/1988*. Concurso ANPOCS - Fundação Ford: Melhores Trabalhos sobre a Constituição de 1988.
- FIGUEIREDO, A. (1993), *Democracia ou Reformas? Alternativas Democráticas à Crise Política*. Paz e Terra.
- FIGUEIREDO, A. e LIMONGI, F. (1999), *Os Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994; Mudança Constitucional, Desempenho do Legislativo e Consolidação Institucional*. In: *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro, FGV.
- GOMES, S. (2006), “O impacto das regras de organização do processo legislativo no comportamento dos parlamentares: um estudo de caso na Assembléia Nacional Constituinte (1987-1988)”. In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, vol. 49, nº1, pp. 193 a 224. Rio de Janeiro.
- JOBIM, N. (1994) “O Colégio dos Líderes e a Câmara dos Deputados”. In: *O desafio do Congresso Nacional: mudanças internas e consolidação institucional*. Cadernos de Pesquisa CEBRAP, nº 3. São Paulo: novembro de 1994.
- KINZO, M. D. (1990). “O Quadro Partidário e a Constituinte” in: Bolívar Lamounier (org.). *De Geisel a Collor: O Balanço da Transição*. São Paulo, IDESP.
- KLEIN, C. (2007). *O Desafio da Reforma Política: Consequências dos Sistemas Eleitorais de Listas Aberta e Fechada*. Rio de Janeiro, Mauad X.
- LAMARÃO, S. T. N. (2001), *Mídia e política: as concessões de canais*

- de radio e televisão na Assembléia Nacional Constituinte (1987-1988). *Locus Juiz de Fora*, v. 7, p. 85-110.
- LIMA, V. A. (1998), “Política de comunicações no Brasil: novos e velhos atores”. Preparado para o “XXI International Congress of the Latin American Studies Association”. Session POL52- Economic Reform and Institutional Change in Brazil. Illinois: September 24-26, 1998.
- LIMONGI, F. (2008), “O Poder Executivo na Constituição de 1988”. In Oliven, Ruben George e outros (orgs.). *A Constituição de 1988 na Vida Brasileira*. Editora Hucitec.
- MENEGUELLO, R. (1998), *Partidos e governos no Brasil contemporâneo: 1985-1997*. São Paulo, Paz e Terra.
- O processo constituinte 1987-1988: documentação fotográfica a nova constituição. (1988), Milton Guran (Coordenador). Brasília: AGIL.
- RAMOS, M. C. (2009), “Chuva de Dinheiro”. In: *Constituição 20 anos: Estado, democracia e participação popular: cadernos de textos*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara.
- RIBEIRO, M. A. S. (2010) *A União Democrática Ruralista e os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte (1987/88): ação política, lobby e debate parlamentar*. Relatório de IC à FAPESP e Monografia de Conclusão de Curso – UFSCar.
- RODRIGUES, L. M. (1987), *Quem é quem na Constituinte: uma análise sócio-política dos partidos e deputados*. São Paulo: OESP-Maltese.
- SANTOS, W. G. (1986), *Sessenta e Quatro: Anatomia da Crise*. Editora Vértice.
- SOUZA, C. (2001), “Federalismo e Descentralização na Constituição de 1988: processo decisório, conflitos e alianças”, in: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol.44, nº3.
- SOUZA, M. C. C. (1983), *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo, Editora Alfa-Omega.

Revistas e Jornais:

- ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, edições dos anos 1987 a 1988.
- REVISTA VEJA. São Paulo: Editora Abril, volumes dos anos 1987 a 1988.

Site:

CÂMARA FEDERAL: www.camara.gov.br